

A agenda do Trabalho Decente e a economia informal

Políticas para facilitar a transição para a formalidade

Seminário Tripartite

**“A economia informal no Brasil: Políticas para facilitar a
transição para a formalidade”**

Brasília, 12-13 de maio de 2009

Azita Berar Awad
Diretora,
Departamento de Políticas de Emprego
OIT-Genebra



Por que focalizar políticas na economia informal?

- ❑ Agenda do Crescimento Inclusivo: formalidade e crescimento, equação não-óbvia;
 - ❑ Estímulos para a formalidade e/ou informalidade intimamente ligados à evolução dos mercados de trabalho e à compreensão das restrições potenciais/obrigatórias à quantidade e à qualidade da criação de empregos;
 - ❑ Configurar uma Globalização Justa requer a compreensão e o enfrentamento da “informalização” do trabalho
-

A economia informal ganhando espaço, tomando novas formas?

- Novas características e “definição” (CIT, 2002):

“Todas as atividades econômicas que, em termos legais ou práticos, não estão cobertas por acordos formais, ou o estão de forma insuficiente”

- Distinção entre atividades “informais”, “extralegais”, de um lado, e “ilegais”, do outro; inclui rural e urbano; inclui emprego assalariado e autônomo, e categorias “intermediárias”
 - Definição ampla e clara para ressaltar as novas tendências de informalização: surgimento do emprego informal em estabelecimentos formais, bem como novas formas de contratação e emprego (subcontratação e trabalho temporário, etc.) em acréscimo a negócios informais “tradicionais”, microempresas
-

A economia informal: aceitando a diversidade e a heterogeneidade

Reconhecimento das diversas realidades e situações de mercado de trabalho nos contextos nacionais:

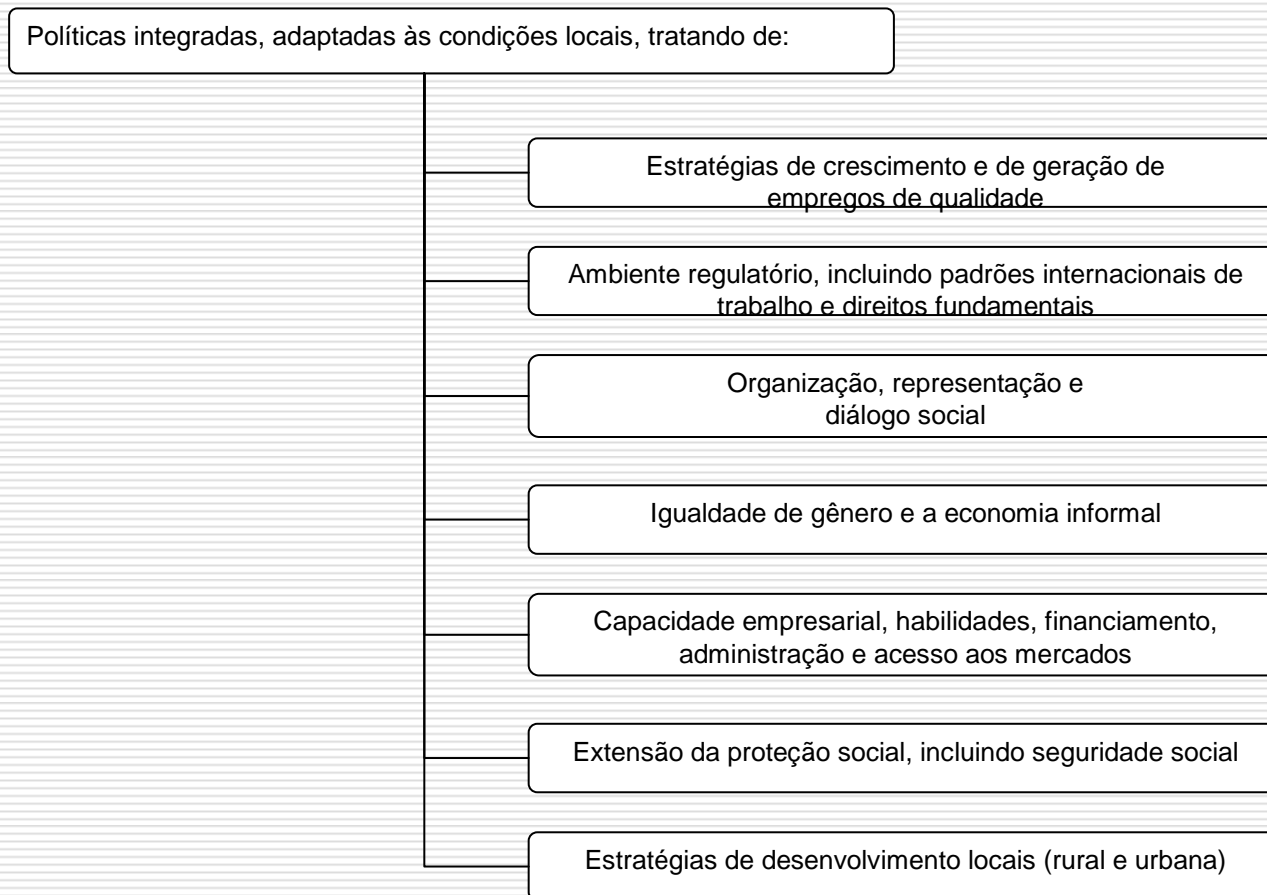
- É necessário delinear a informalidade em contextos nacionais específicos e compreender as dinâmicas locais → porque os estímulos para a informalidade são diferentes → a composição da economia informal é diferente → as soluções de políticas terão que ser diferentes
 - O desafio de mensurar, monitorar e comparar internacionalmente
-

Nova procura de soluções de políticas e boas práticas emergentes

- Há novo consenso, localmente entre os parceiros sociais, e globalmente por parte de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores, de que a “informalidade” é uma solução abaixo da ideal para todos e acarreta altos custos sociais, econômicos e políticos que ultrapassam ganhos de curto prazo e vislumbre de benefícios ⇒ a meta deve ser a **transição para a formalidade**
 - Os trabalhadores e as empresas da economia informal são parte integrante da agenda do Trabalho Decente proposta pela OIT
 - Novo estímulo para identificar o que dá certo e o que não dá ⇒ intercâmbio de boas práticas entre as regiões
-

Estrutura de política para enfrentar a economia informal do ponto de vista do trabalho decente

A estrutura é múltíplice, identifica sete áreas de políticas e as interações entre essas áreas:



Estrutura de política para enfrentar a economia informal do ponto de vista do trabalho decente

- Cada área compreende um grupo de políticas, instituições e métodos de implementação, necessitando ser “aberta” e analisada em detalhe

Por exemplo, a “Estrutura Regulatória” inclui todas as áreas seguintes:

- Políticas tributárias
 - Regulamentos sobre produtos
 - Direitos de propriedade
 - Normas trabalhistas (salários, contratação e despedida, contribuições para a seguridade social...)
 - Registro de empresas (abertura, fechamento)
-

Os objetivos desse “pacote de políticas” integrado

- preservar e maximizar o emprego e a geração de renda e o potencial empreendedor da economia; **e**
 - melhorar a proteção social e estendê-la a todos; **e**
 - facilitar a transição para a formalidade
- ⇒ abordagem equilibrada do *trabalho decente*
-

A experiência internacional mostra que :

- ❑ não existe “solução única” nem política de “fórmula que sirva a todos” para o enfrentamento da economia informal
 - ❑ soluções simplistas como “reduzir” a regulamentação dos mercados de trabalho ou o oposto, “aumentar as sanções” → não resolvem
 - ❑ o pacote de políticas precisa ser avaliado de acordo com o impacto global em “incentivos” ou “desincentivos” para a formalização nos níveis macro e micro
-

A experiência internacional mostra que:

- Cada instrumento de política deve ser avaliado considerando todos os seus objetivos ⇒ por exemplo, em relação aos objetivos de flexibilidade econômica tanto quanto à igualdade e à imparcialidade;
 - Não apenas políticas corretas importam ⇒ mas a eficácia depende das instituições e do processo de implementação ⇒ uma implementação precária pode fazer malograr boas políticas;
 - O diálogo social e as parcerias sociais importam ⇒ para escolhas difíceis de políticas e para implementação eficaz;
-

A agenda do Trabalho Decente e a economia informal

Em conclusão:

Uma agenda do "trabalho decente" promove tal contexto de abordagem específica, equilibrada e múltipla, a ser adotado pelos parceiros tripartites e adaptado às realidades e situações locais
